

SUJEIÇÃO OU SUBVERSÃO: MIGRANTES BRASILEIRAS NA INDÚSTRIA DO SEXO NA ESPANHA

Adriana Piscitelli¹

RESUMO: Considerando o debate que situa as trabalhadoras do sexo nos pólos de sujeição e subversão e tomando como referência leituras críticas do Protocolo de Palermo, neste texto exploro como noções centrais na discussão estão presentes no universo de brasileiras que oferecem serviços sexuais em diversas cidades da Espanha. Apresento, primeiro, uma síntese dos argumentos presentes no debate acima mencionado. Em segundo lugar, comento alguns aspectos da indústria do sexo na Espanha, criando um contexto para a compreensão das percepções das brasileiras nela imersas. Descrevo depois as características das trajetórias dessas mulheres e as noções com as quais elas operam. Concluindo, mostro como a idéia de consentimento aparece como central na definição que essas trabalhadoras realizam sobre o tráfico, mas no marco de uma conceitualização sobre tráfico de pessoas que desafia aspectos presentes no Protocolo de Palermo e no Código Penal Brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Sexualidade. Prostituição. Gênero. Tráfico internacional de pessoas.

¹ Núcleo de Estudos de gênero-PAGU/UNICAMP. A realização da pesquisa na qual se baseia este texto foi viabilizada pelo apoio da Fapesp ao projeto temático "Gênero, corporalidades" ao qual está vinculada e pelo apoio a estágio pós-doutoral na Universidad Autónoma de Barcelona concedido pela CAPES. A realização deste trabalho foi possível graças ao apoio, colaboração e subsídios oferecidos por inúmeras pessoas. Agradeço especialmente a Verena Stolcke, Dolores Juliano, Dilma Felizardo, Katia Juncks, Cristina Garaizával, Laura Agustín, Isabel Holgado, Constancia, Carla, Justine, Fátima, e as integrantes de diversas organizações: Irmãs Oblatas, LICIT, AMBIT DONA, HETAIRA, Comisión Ciudadana Antisida de Biskaia. Agradeço a Karla Bessa pela leitura atenta e as sugestões.

ABSTRACT: Considering the debate that places sex workers in opposite sites of extreme subjection or subversion and taking as reference critical reading the Palermo Protocol, in this text I explore how the central notions of this debate appear among Brazilian sex workers in Spain. I first present a synthesis of the arguments in the debate about the Protocol. Afterwards I comment some aspects of the sex industry in Spain, creating a context in order to understand the perceptions of the Brazilians that work in it. I describe their trajectories and notions. Concluding, I show how the idea of consent is central in how those workers conceptualize trafficking, in ways that defy both the Palermo Protocol and the Brazilian Penal Code.

KEYWORDS: Sexuality. Prostitution. Gender. International trafficking of persons.

A problemática da migração vinculada à indústria do sexo, frequentemente associada ao tráfico internacional de pessoas, vem atraindo considerável atenção no debate público internacional (Kempadoo, 2005; Holgado, 2005) e, também, no Brasil. No país, nos últimos anos, campanhas anti-tráfico que articulam instâncias governamentais e não governamentais e as notícias da mídia sobre operações policiais bi ou tri-laterais (geralmente com países europeus, Espanha ou Portugal), alimentam a discussão.

Nesse debate, as pessoas que vendem sexo tendem a ser situadas em pólos opostos, de sujeição e subversão. Os critérios utilizados nem sempre levam em conta as perspectivas dos/as trabalhadores do sexo, uma ausência crescentemente assinalada nos estudos recentes sobre a indústria do sexo (Agustín, 2005; 2003b; Kempadoo et alii, 2005). Tomando como referência as principais noções utilizadas na discussão para posicionar os/as trabalhadores sexuais em um ou outro desses pólos, neste texto exploro como noções básicas na discussão, as idéias de consentimento,

coerção e obrigação, estão presentes no universo de brasileiras que oferecem serviços sexuais em diversas cidades da Espanha.

A análise está baseada em uma pesquisa exploratória, realizada em uma perspectiva antropológica. O estudo inclui um trabalho de campo, realizado entre outubro e dezembro de 2004 e durante setembro de 2005. O trabalho envolve observação em entidades que oferecem serviços a trabalhadoras/es do sexo nas cidades de Barcelona, Madrid e Bilbao e em espaços destinados à oferta desses serviços (na rua e em clubes); entrevistas em profundidade realizadas com dez agentes vinculados a essas entidades, à indústria do sexo, ao Consulado de Brasil em Barcelona e à Comisaría General de Extranjería; com mulheres e “trans” (10) (termo émico que se refere ao conjunto de pessoas consideradas travestis, transexuais ou transgêneros) que têm oferecido serviços sexuais nessas cidades, entrevistas de controle com duas brasileiras inseridas nas mesmas redes de relações que não oferecem serviços sexuais e com dois “clientes” espanhóis. A pesquisa abarcou análise de fontes e de material secundário, dados estatísticos sobre migração, pesquisas acadêmicas e relatórios sobre prostituição, material jornalístico e material de um site da web espanhol destinado a clientes de prostitutas.

Apresento, primeiro, uma síntese dos argumentos presentes no debate acima mencionado. Em segundo lugar, comento alguns aspectos da indústria do sexo na Espanha, criando um contexto para a compreensão das percepções das brasileiras nela imersas. Descrevo depois as características das trajetórias dessas mulheres, o percurso seguido até a inserção do mercado do sexo na Europa e as noções com as quais elas operam. Concluindo, mostro como a idéia de consentimento aparece como central na definição que essas trabalhadoras realizam sobre o tráfico internacional de pessoas, mas no marco de uma conceitualização sobre tráfico de pessoas que põe em questão as presentes no Protocolo de Palermo e no Código Penal Brasileiro.

O debate feminista e as disposições legais internacionais relativas ao tráfico de pessoas

Nas discussões feministas, a prostituição e a pornografia operam há um certo tempo à maneira de um divisor de águas. Compreender as divisões em relação a esses temas exige considerar que diferentes perspectivas divergem radicalmente nas concepções a eles vinculadas e na maneira como compreendem a sexualidade. Essas distinções, que informam o debate político, também estão presentes na produção acadêmica.

Considera-se que a oposição entre visões antagônicas sobre a sexualidade estava presente já nas primeiras discussões das sufragistas (CHAPKIS, 1997). Essas diferenças foram atualizadas no marco da segunda onda do feminismo. Durante a década de 1980 as disputas conformaram um debate conhecido como a batalha do sexo (sex wars) cujo efeito foi a criação de dois campos dicotômicos descritos, de maneira simplista, como um hostil ao sexo, percebido como a fonte da opressão feminina em uma ordem patriarcal e outro que defendia o sexo como fonte de prazer e poder nas vidas das mulheres (RUBIN, 1984; FRIEDMAN e THORNE, 1984).

Os debates sobre os significados e a função do sexo foram mais complexos, mas, nesse marco, a prostituta ocupou tanto o lugar da escrava sexual como o do agente mais subversivo dentro de uma ordem social sexista. Nas correntes que percebem a vinculação das mulheres com o sexo como a raiz de sua opressão, a prostituição é vista como caso extremo do exercício abusivo do sexo, portanto, quem oferece serviços sexuais é considerada como inerentemente vítima de violência, objeto sexual, um ser passivo e carente de poder. Outras perspectivas consideram a vinculação das mulheres com o sexo a fonte de seu maior poder. Assim, a prostituta seria um símbolo da autonomia sexual das mulheres e, como tal, uma ameaça potencial ao controle patriarcal sobre a sexualidade das mulheres.

De acordo com autoras que trabalham com esta discussão, umas e outras imagens da prostituta são tipos ideais que povoam a

retórica feminista, já que a realidade do sexo comercial é infinitamente mais variada. No entanto, essas idéias são importantes porque informam formulações de políticas da maior relevância.

No Brasil, a discussão que informou as *sex wars* teve pouco impacto até poucos anos atrás. Enquanto o feminismo anglo-saxão debatia essas questões intensamente, as preocupações neste país estavam centradas em outros temas, a violência, a saúde reprodutiva.² Contudo, essas abordagens acabaram tendo um imenso peso também no Brasil, no marco da discussão e implementação de leis internacionais sobre o tráfico internacional de pessoas. Refiro-me particularmente à ratificação do Protocolo de Palermo (Protocolo adicional à Convenção das Nações Unidas contra o crime organizado transnacional relativo à prevenção, repressão e punição do tráfico de pessoas, em especial mulheres e crianças, 2000), pelo governo do Brasil em março de 2004, e às diversas campanhas de prevenção e repressão norteadas por essa disposição legal.

O Protocolo de Palermo tende a ser positivamente avaliado por diversos grupos “anti-tráfico”. Nessas apreciações, ele é considerado um instrumento que apresenta significativos avanços em relação a Tratados Internacionais anteriores que tratavam da problemática. Essa avaliação positiva se reitera em grupos sediados no Brasil que, embora considerem precário seu sistema de monitoramento precário (Massula e Melo, 2003) vêem o Protocolo como um avanço.

Nessas percepções, vários aspectos do Protocolo são considerados positivos, particularmente o fato de que possibilita contemplar o tráfico interno (e não apenas o internacional); enfatize a especificidade de mulheres (e crianças), permitindo incluir pessoas que exibam outras marcas de gênero e de que confira ampla proteção às vítimas. Nessas leituras, outorga-se especial importância à falta de relevância assumida pelo consentimento

² As inquietações presentes nas *sex wars* foram incorporadas mais recentemente, no marco da luta por direitos sexuais associadas aos grupos *glbt*.

para a caracterização do tráfico. E isto porque, segundo Massula e Melo (2003), a vítima pode ter concordado em trabalhar para a prostituição, mas jamais imaginou que seria escravizada, explorada sexual e economicamente e que seus direitos fundamentais seriam violados. A importância concedida a esse ponto, porém, e, em termos mais amplos, a avaliação positiva do Protocolo estão longe de serem compartilhados de maneira unânime pelos diversos grupos de interesse que discutem o tráfico de pessoas no plano internacional, no momento atual.

Nas leituras realizadas por certas perspectivas sócio-antropológicas que debatem a problemática, as questões relativas ao consentimento, que adquiriram importância central durante as discussões que atravessaram a formulação do Protocolo (Doezema, 2004), se tornaram mais tarde menos relevantes. No entanto, a noção de consentimento aparece como central para agentes diretamente atingidas por essas discussões: as trabalhadoras do sexo originárias de regiões pobres do mundo que oferecem seus serviços em países do (assim chamado) Primeiro Mundo. No universo dessas pessoas, que muitas vezes desconhecem os detalhes técnicos e até a existência do Protocolo, o tráfico é claramente visualizado: envolve máfias e coerção, entendida como violência implementada para obrigar a realizar trabalhos forçados e prisão.

Discutindo o Protocolo de Palermo

As críticas formuladas ao Protocolo de Palermo sustentam que a falta de precisão em sua definição de tráfico de pessoas impossibilita trabalhar em termos legais de maneira adequada. Segundo elas, essa imprecisão está vinculada às preocupações e objetivos radicalmente diferentes de organizações e grupos preocupados com o tráfico, cujos interesses incidiram na formulação final do Protocolo. O resultado seria que, apesar de existir quase um consenso no que se refere a considerar o tráfico como envolvendo o transporte de pessoas por meio

de coerção ou engano para inseri-las em condições de vida e/ou de trabalho exploradoras ou análogas a situações de escravidão, há interpretações e agendas políticas diferenciadas de acordo com os interesses desses grupos (ANDERSON e O'CONNELL DAVIDSON, 2004).

De acordo com essas leituras, o tráfico é considerado um problema crucial por governos, organizações feministas e entidades que defendem os direitos dos trabalhadores do sexo. No que se refere aos governos, essas definições estariam inseridas no marco do controle e prevenção do crime organizado transnacional e na preocupação pelas violações das leis de imigração. E vale lembrar que as acirradas discussões internacionais sobre o tráfico de pessoas têm lugar em contextos marcado pela obsessão com os migrantes dos países pobres, "aliens" ou "extra-comunitários" (LUTZ, 1997).

As abordagens feministas tiveram um peso significativo na organização dos lobbys pressionando durante a elaboração do Protocolo. E, para ter uma dimensão dessa importância vale lembrar que a discussão sobre prostituição da Convenção das Nações Unidas de 1949 para a Supressão do Tráfico de Pessoas e a Exploração da prostituição de Outrem, foi re-acendida na década de 1980 como efeito das novas campanhas feministas contra o tráfico de mulheres, a prostituição infantil e o turismo sexual. Elas tiveram como efeito situar, novamente, a prostituição entre as prioridades da agenda internacional (DOEZEMA, 1998). As abordagens feministas coincidem no interesse em promover o bem estar das mulheres, porém, elas apresentam uma divisão fundamental no que se refere à concepção da prostituição e da relação que estabelecem entre prostituição e tráfico. Por esse motivo, as feministas participaram das negociações organizando-se em dois campos com pontos de vista substancialmente diferentes no que se refere à prostituição. E esses pontos de vista acabaram centrando-se na questão do consentimento.

De acordo com as narrativas de feministas que participaram do processo, um desses campos, organizado em torno à CATW (Coalition Against the Trafficking in Women) deu voz às

abordagens abolicionistas, assim denominadas por manifestar interesse na extinção da prostituição.³ Evocando argumentos e reiterando posicionamentos presentes nos debates anglo-saxões sobre pornografia da década de 1980 (PISCITELLI, 2003), essas perspectivas afirmam que a prostituição reduz as mulheres a objetos comercializáveis, portanto é sempre e necessariamente degradante e danosa para as mulheres. Essas posições não reconhecem uma distinção entre prostituição forçada e por livre escolha e sustentam que tolerando, regulando ou legalizando a prostituição os Estados permitem a violação dos direitos humanos. A CATW argumentava que uma mulher devia ser considerada vítima do tráfico independentemente de existir força ou engano (simplesmente o fato de envolver uma terceira parte caracterizaria tráfico), e devia incluir situações nas quais a pessoa consentia em viajar e trabalhar.

Segundo Doezeza (2004), esta linha, apoiada por diversos governos e pelo Vaticano, se fundamentava na idéia de que o consentimento para realizar trabalhos sexuais carece de sentido, uma vez que o trabalho sexual é inerentemente uma violação dos direitos humanos, de maneira análoga ao estupro, a mutilação genital e o incesto (DOEZEMA, 1998). Nesta perspectiva, para a qual toda prostituição é uma forma de escravidão sexual, o tráfico está intrinsecamente ligado à prostituição. Assim, as medidas para erradicar o mercado do sexo são consideradas como medidas anti-tráfico e vice-versa (ANDERSON e O'CONNELL DAVIDSON, 2004).

Outras abordagens feministas se alinham com as entidades que apóiam os direitos dos trabalhadores sexuais. Estas perspectivas rejeitam a idéia de que a prostituição é inerentemente degradante: a consideram como uma forma de serviços, de trabalho, e traçam nítidas distinções entre a prostituição voluntária exercida por

³ O termo “abolicionistas” é êmico, isto é, é utilizado no marco das discussões sobre prostituição, designando as perspectivas que consideram todas as formas de prostituição abusivas, e não apenas as que não são consensuais e/ou envolvem crianças (CHAPKIS, 1997).

adultos e a prostituição forçada e prostituição infantil. A idéia central é que a exploração e, inclusive, o tráfico, não estão automaticamente vinculados à existência da indústria do sexo, mas são favorecidos pela falta de proteção dos/as trabalhadores/as na indústria do sexo. Nestas perspectivas considera-se que quem trafica se beneficia da irregularidade da migração e da ilegalidade do trabalho sexual comercial. Esses fatores são a fonte do poder e controle que exercem sobre os/as migrantes. Nesses casos, as leis que impossibilitam a migração e o trabalho sexual legais constituem os principais obstáculos para os/as migrantes que se inserem na indústria do sexo no exterior (KEMPADOO, 1998; OSO CASAS, 2005).

Essas abordagens, organizadas em torno do Human Rights Caucus, defenderam veementemente que força e engano eram centrais para a definição de tráfico. Essas perspectivas consideram que ninguém consente em ser seqüestrado ou em fazer trabalhos forçados, mas que uma mulher adulta é capaz de consentir em trabalhar em uma atividade ilegal, como a prostituição nos países nos quais é ilegal em si mesma ou ilegal para migrantes. Mas, se não há pressão para exercer tal atividade não haveria tráfico (DOEZEMA, 2004).

Nas leituras críticas sobre o Protocolo de Palermo observa-se que este aparentemente assume uma posição de neutralidade no que se refere ao debate sobre a prostituição. Essa aparente neutralidade, porém, é obtida às custas da falta de precisão no que se refere a termos de crucial importância para delimitar situações de tráfico, efeito da falta de acordo dos delegados governamentais, que se alinharam em uma ou outra posição. Assim, noções cruciais como “a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual”, “servidão”, “outras formas de coerção”, “abuso de poder ou de uma posição de vulnerabilidade”, seriam altamente imprecisos. Entre esses termos, particularmente o primeiro e o último são alvos de um acirrado debate.

As linhas abolicionistas consideram exploração sexual qualquer modalidade de prostituição, inclusive as que envolvem mulheres adultas que estabelecem contratos consensuais. Já as abordagens que apóiam organizações de trabalhadoras

do sexo, ao contrário, não consideram a prostituição, em si, sinônimo de exploração (JASMIN, 1993; MCCLINTOCK, 1993). Elas percebem a exploração como uma possibilidade aberta pelas características do mercado de trabalho que se intensifica no âmbito do capitalismo globalizado. Nesse sentido, como qualquer outra forma de trabalho, o trabalho sexual pode ser objeto de exploração (KEMPADOO, 1988) e, por este motivo, seria importante a organização das trabalhadoras do sexo, como a de outros trabalhadores de setores informais e não regulamentados, em lutas para melhoria de condições de trabalho e benefícios. Neste marco, as campanhas anti-tráfico que centram seus esforços apenas em deter a prostituição forçada e não em melhorar a situação de trabalho das pessoas que se engajam voluntariamente na prostituição são observadas de maneira crítica (DOEZEMA, 1998).

O ponto que se refere ao abuso de poder ou de uma posição de vulnerabilidade adquire particular relevância nas abordagens preocupadas com a visão sobre as mulheres do Terceiro Mundo construída nesse debate, que é considerada imperialista. Nessa visão, a imagem das mulheres das regiões pobres do mundo é construída em contraposição à maneira como são percebidas as mulheres do Primeiro Mundo (DOEZEMA, 2001). Essas últimas são vistas como tendo controle sobre seus rendimentos, corpo e sexualidade, emancipadas e independentes. Ao contrário, as mulheres das regiões pobres são, de maneira axiomática, consideradas pobres, ignorantes, carentes de educação, pessoas que precisam de guia, conselhos e ajuda (KEMPADOO 1998). O fato de que a chamada consciência internacional e o discurso sobre o tráfico tenham sido embasados, sobretudo, por visões "ocidentais" de pessoas que não trabalham na indústria do sexo incidiriam no fato de que qualquer mulher do Terceiro Mundo que atravesse as fronteiras para oferecer serviços sexuais tenda a ser percebida como vítima de abuso de poder ou de uma posição de vulnerabilidade.

No marco destas discussões, a maior preocupação reside na maneira como a falta de precisão em torno desses termos deixa espaço para interpretações conflitantes sobre o que constitui tráfico

e o que não. Assim, uma diversidade de grupos, organizações governamentais e não governamentais se apóiam em uma interpretação ampla da idéia de abuso da vulnerabilidade presente no Protocolo para construir qualquer trabalhador/a sexual migrante que viajou com a mediação de uma terceira parte como vítima do tráfico. E há também grupos que, baseando-se no mesmo Protocolo, recusam a aplicação do conceito do tráfico de pessoas que trabalham de maneira livre e voluntária na indústria do sexo. Essas interpretações têm conseqüências importantes nas vidas das pessoas, sobretudo das/os migrantes irregulares, que oferecem serviços sexuais no exterior.

A indústria do sexo na Espanha

Contrapor as visões das brasileiras inseridas no mercado do sexo na Espanha a essas discussões exige traçar suas trajetórias, situando-as no marco da organização da indústria do sexo nesse país. De acordo com estudos sobre a temática, as modalidades de trabalho nessa indústria são diversificadas, incluindo linhas telefônicas eróticas, peep shows, espaços de espetáculo erótico, a Internet, locais de strippers, e os serviços sexuais vinculados a encontros em bares, nas estradas, rua, clubes e pisos (apartamentos) (PONS, RODRÍGUEZ e VEGA, 2002). Na pesquisa, me centrei em mulheres que trabalham em três tipos de locais, vinculados a essas últimas modalidades, tidas como formas “tradicionais” de serviços sexuais: rua, clubes e pisos.

Cada uma dessas modalidades apresenta diversas nuances. Contatos acertados durante o dia e o início da noite, na rua, nas cidades, podem ser realizados em mueblés e, nas madrugadas, dentro de carros ou em lugares afastados. Os pisos divergem em sua organização, na população que neles trabalha (alguns são ocupados exclusivamente por mulheres, outros são divididos por mulheres e “trans”) e no “nível”, expressado nos valores dos serviços. Entre os clubs há uma ampla diversidade: em um pólo estariam os estabelecimentos “tradicionais”, cujo lucro

provém da venda de bebidas e/ou de receber um percentual dos serviços prestados, espaços que contam com bar, pista de dança e nos quais as mulheres circulam, saindo deles ou entrando em “reservados”. No outro extremo, os novos hotéis-plaza.

Os clubes de estrada tradicionais, localizados nas periferias dos povoados, com aproximadamente dez mulheres trabalhando, começariam a fechar no início dos anos 1990, substituídos por outros maiores com ascendente “filosofia empresarial” (PONS, RODRÍGUEZ e VEJA, 2002). Neles podem trabalhar até 150 mulheres, ocupando vagas por períodos de 21 dias (PONS, 2003). O lucro dos proprietários reside no valor que as mulheres pagam pela utilização do hotel e a alimentação. Em 2004, essa diária estava em torno de 40/50/60 euros diários. Para ter uma referência, o valor dos serviços prestados durante 30 minutos nesses clubes era aproximadamente de 60 euros, enquanto pelo mesmo período de tempo, na rua, era aproximadamente de 30 euros.⁴

A capacidade dos clubes atraírem candidatas à ocupação de vagas é percebida pelas organizações que apóiam as/os trabalhadoras/es do sexo como em franca expansão, devido a diversos planos municipais cujo objetivo seria eliminar a prostituição de rua e a aglomeração de bares e pequenos clubes tradicionais freqüentados pelas trabalhadoras do sexo. O “Plan de Choque” de Madrid, disposições municipais exigindo o afastamento dos clubes em Bilbao, e as ordenanzas municipais aprovadas em Barcelona e Valência (HOLGADO, 2005) são considerados expressões do interesse na extinção da prostituição de rua. E, de fato, essas medidas são positivamente avaliadas pelos empresários que participam de ANELA, a Asociación Nacional de

⁴ A legislação espanhola trata dos delitos relativos à prostituição como delitos contra a liberdade sexual, limitando-os às situações extremas nas quais falta o consentimento (Código Penal de 1995, artigo 188.1). O proxenetismo é penalizado, mas, à diferença do Brasil, é entendido como atividade de terceiros que coagem uma pessoa a prostituir-se, mediante engano ou abuso de poder. Portanto, não atinge necessariamente a donos de estabelecimentos (MESTRE, 2004).

Clubs de Alterne. No momento, avalia-se que a rua concentra um número de trabalhadores sexuais significativamente inferior aos que ofereceram serviços nos clubes, com percentuais que variam em regiões e cidades.⁵

Na Espanha, do mesmo modo que na Itália (PISCITELLI, prelo), as entidades que atendem trabalhadoras/es do sexo consideram que o perfil da prostituição mudou ao longo da década de 1990, sendo hoje desempenhada sobretudo por estrangeiras.⁶ Não há um acordo sobre o percentual de estrangeiras, o que não é surpreendente uma vez que os estudos tendem a limitar-se a nichos ou modalidades de serviços em regiões específicas e, além disso, costumam divergir nas metodologias utilizadas.⁷ Os relatórios existentes sobre modalidades específicas de trabalho sexual apontam para uma maioria de pessoas estrangeiras, de diversos lugares do mundo. No entanto, é importante registrar que a alteração na nacionalidade das prestadoras de serviços sexuais é considerada análoga à modificação entre prestadores de serviços em outros setores: serviços domésticos, pesca e agricultura.

As leituras mais cautelosas sobre a presença de estrangeiras na indústria do sexo na Espanha avaliam que supera o 50-60% e está em ascensão e chamam a atenção para o sensacionalismo e

⁵ Em Navarra, em 2003, apenas 5% do total de pessoas que ofereciam serviços sexuais o faziam na rua, 85% em clubes e, em torno dos 10%, em pisos. (ARRÓNIZ et alii, 2003). Já estudos realizados em Galícia, um par de anos antes, apontam para a absoluta escassez de trabalhadoras sexuais nas ruas (OSO e ULLOA, 2001).

⁶ Nesse sentido, é interessante comparar as etnografias sobre modalidades de prostituição realizadas na segunda metade da década de 1990 e trabalhos mais recentes. As entrevistadas destacadas do excelente estudo de Medeiros (2000), que ofereciam serviços sexuais na rua no centro de Barcelona, são majoritariamente nascidas na Espanha.

⁷ Laura Agustín (2001) chama a atenção para a longa tradição, nesse país, de migrações internas e também entre países europeus vinculadas à venda de sexo. Esses movimentos ainda existem, mas seriam apagados por leituras que consideram migrantes as pessoas do Terceiro Mundo e dos países de Leste, sobretudo pobres e irregulares.

o vitimismo que permeiam afirmações sobre percentuais mais elevados (PONS, 2003; AGUSTÍN, 2001; HOLGADO, 2005). No marco dessas variações, diversos relatórios apontam para a significativa presença de latino-americanas, particularmente em algumas regiões,⁸ mas, seria inútil tentar oferecer cifras. As características da prostituição (a clandestinidade, agravada quando os prestadores de serviços são migrantes irregulares, e ampla mobilidade dos/as que prestam serviços sexuais) fazem com que as estatísticas sobre prostituição e sobre tráfico, em termos gerais, não passem de estimativas. No que se refere às brasileiras, a isto se soma o fato de que vários dos estudos classificam as mulheres em categorias amplas, referidas a continentes ou regiões e não à nacionalidade.

Em termos de cifras relativas a migrantes regulares, o Boletim Estadístico de Extranjería y Inmigración (n. 3, 2004) informa que em junho de 2004, as brasileiras, 71,07% do total de brasileiros legalmente residindo na Espanha, totalizavam 11.153 (um número pequeno quando comparado com o de outras latino-americanas: colombianas, 72.284 e equatorianas, 94.541). As pesquisas sobre migrações, porém, mostram a enorme diferença entre os migrantes com permissão de residência e os

⁸ Relatórios parciais, abarcando regiões e modalidades de serviços sexuais, aludem a percentuais mais elevados e diversificados segundo as regiões. Segundo a Guardia Civil, em 2000, nos clubes de estrada de várias províncias, 90% das trabalhadoras seriam estrangeiras (Agustín, 2001). Um estudo realizado no país Basco, em 2002, contemplando clubes, prostituição de rua e pisos, indicava que, nessa região, entre 80 e 90% eram estrangeiras, procedentes principalmente de América Latina (71,8%). Em segundo lugar estariam as espanholas (17,9) seguidas por mulheres de África (5,1%) e de Portugal (5,1%) (EMAKUNDE, 2002). Segundo Dolores Juliano (2004), na segunda metade de 2003, registros dos *Mossos de Escuadra*, em Catalunha, considerando apartamentos, clubes e ruas, indicavam que 23% seriam espanholas, 2% de outros países da comunidade europeia e 75% migrantes não comunitárias. Entre elas, 30% seriam de África subsahariana, 30% da América do Sul, 30% dos países do Leste, 8% magrebíes y 2% de outros países.

empadronados (que registraram seu domicílio na Espanha com algum fim, sobretudo para ter acesso à assistência médica). No caso de cidadãos do Equador e Argentina, essa diferença supera o 200% (TERRÓN, 2004). Nos estudos que exploram essa diferença não há um levantamento análogo para os brasileiros, talvez porque seu número não seja tão elevado como o de outros cidadãos de países da América Latina, mas é possível pensar na diferença no número entre brasileiros regulares e irregulares considerando a estimativa de agentes do consulado brasileiro em Barcelona. Na região atendida por esse órgão, em 2004, havia aproximadamente 10.000 brasileiros (2500 novos registros correspondiam ao ano de 2004), e outros tantos seriam atendidos pelo consulado de Madrid.

De acordo com agentes consulares, no Consulado de Brasil em Barcelona, em 2004, se registravam aproximadamente 5/6 solicitações de brasileiras para contrair casamento com espanhóis. Este número é equivalente ao de deportações de brasileiras das quais o mesmo consulado tem notícia. O representante consular entrevistado considera que não é um número elevado, pois, segundo ele na Espanha não há um trabalho de deportação em massa como nos Estados Unidos.

Segundo essa estimativa, haveria, só a partir de Barcelona, algo em torno de 280 brasileiras deportadas anualmente. Essa cifra poderia ser plausível, considerando dados recentemente elaborados pela Comisaría General de Extranjería y Documentación.⁹ De acordo com essas informações, em 2004, o total de cidadãos brasileiros que retornaram ao Brasil mediante a intervenção da polícia foi de 2342, um número muito mais elevado que o de 2003, ano em que retornaram 798. Essas informações, que se referem ao total de cidadãos deportados, não estão separadas por sexo.

Nos estudos consultados e entre os agentes entrevistados há um acordo significativo: considerar que o número de brasileiras

⁹ Registro de dados de cidadãos brasileiros enviados, via e-mail por extranjería, em 15 de fev. 2005.

oferecendo serviços sexuais na rua é relativamente reduzido quando comparado com mulheres de outras nacionalidades. Elas seriam uma presença significativa em espaços fechados, em pisos e, sobretudo, nos clubes.¹⁰ A leitura dos depoimentos registrados no site espanhol para clientes www.hotvalencia.com, referenda as impressões sobre a presença das brasileiras nesses espaços. As trocas de mensagens dos usuários sobre mulheres que trabalham em pisos de Valência são significativas. Dos registros sobre 280 mulheres, 132 se referem a brasileiras e 59 a mulheres de outros países de América Latina.¹¹

Essa impressão é referendada pelo representante da Asociación Nacional de Clubes de Alterne (ANELA), em Barcelona.¹² Segundo ele, nos estabelecimentos vinculados à entidade em todo o país, em 2004 havia aproximadamente 14.000 mulheres oferecendo serviços sexuais. Delas, 40% delas seriam do Leste europeu (russas, romenas, da antiga Iugoslávia, tchecas). As mulheres latino-americanas, principalmente brasileiras e colombianas, integrariam outros 40%, embora com a presença, também, de uruguaias, dominicanas, venezuelanas e, muito ocasionalmente, alguma argentina. Já as africanas, nitidamente inferiorizadas, teriam uma presença menor. Segundo esse advogado:

En los clubs hay alguna que otra nigeriana, pero muy pocas, porque quitan categoría a los lugares, son muy sin cultura, hay dos o tres, porque siempre hay algún cliente al que le gustan las chicas más salvajes. Y en la calle ellas son las que cobran menos.

¹⁰ E, se a atenção nacional e internacional tende a estar voltada para as mulheres que oferecem serviços sexuais e, eventualmente, traficadas, a informação colhida por ONGs espanholas e referendada por minha observação mostrou que há uma significativa incidência de “trans” brasileiros, alguns muito jovens, tanto na rua, em espaços considerados mais “difíceis e duros”, como o Campo do Barça, em Barcelona, e a Casa de Campo em Madrid, como em *pisos*.

¹¹ Os demais depoimentos se referem a 59 mulheres da comunidade europeia, principalmente espanholas (44), 17 do Leste Europeu, 5 de África e 8 de Ásia. A captura dos depoimentos foi feita em maio de 2006.

¹² No momento em que foi realizada a pesquisa essa associação nucleava em torno de 10% dos clubes.

E, se brasileiras e colombianas¹³ ocupam espaço equivalente nos clubes, a grande diferença numérica entre mulheres das duas nacionalidades na Espanha conduz a concluir que a inserção no mercado do sexo aparece, sim, como uma estratégia de migração para as brasileiras que partem em direção à Espanha.

Trajetórias

“Vim porque quis”
“Faço programas porque quero”
(Palavras de brasileiras entrevistadas em Barcelona)

O universo de entrevistadas que oferecerem serviços sexuais na Espanha mostra uma ampla diversidade em termos de idade, estados de origem, cor da pele, situação legal, tempo de permanência no país, inserção na indústria do sexo (incluindo ritmo e condições de trabalho). Essa diversidade e o fato de ter realizado as entrevistas em diferentes cidades são fatores que incidem na impossibilidade de realizar generalizações tendo como referência esse universo. No entanto, a pesquisa possibilita apresentar um quadro sobre as motivações que levaram essas brasileiras a migrar, os percursos seguidos no processo de inserção na indústria do sexo na Espanha e os projetos de futuro. Ao mesmo tempo, no marco dessa diversidade, o estudo revela recorrências importantes no que se refere às noções vinculadas ao trabalho sexual e ao tráfico de pessoas.

Nesse universo, e para minha surpresa, as idades das entrevistadas são altamente diversificadas. Algumas, hoje na casa dos 20 anos, ingressaram no mercado do sexo na Espanha recém saídas da adolescência. Outras estão na faixa dos 30 anos. Outras, porém, e essas foram as que me surpreenderam, chegaram

¹³ Sobre colombianas em Galícia ver: Riopedre, 2004.

ao país com mais de 40 anos. Para elas, precisamente, a idade, considerada “avançada” no Brasil, estava tornando-se um empecilho para ganhar dinheiro no país mediante a oferta de serviços sexuais. De acordo com uma entrevistada de 48 anos:

Aqui onde eu trabalho tem mulher de 70 anos... No Brasil, os homens têm aquela mentalidade da mulher novinha de 18 anos, 20 anos. Na Europa não, entende? Aqui é totalmente diferente. Se você tiver 70 anos você ganha dinheiro... Arruma marido também... Porque os brasileiros não gostam de mulher mais velha... Nem de graça... Eu não sei porque quando eu chego no Brasil eu me sinto tão velha. Porque parece que eles fazem a gente de velha. Não é? Aqui não. Você foi ali no Carrer [...] aqui? À tarde... Tenho clientes de 18, de 20. Até 90.

A escolaridade dessas mulheres tende a ser relativamente baixa, entre o primeiro grau incompleto e o segundo completo. Apenas uma iniciou o curso superior. Os estados de origem dessas entrevistadas são diversificados: Rio Grande do Sul, Goiânia, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Minas Gerais e São Paulo. Contudo, algumas migraram para Espanha depois de terem morado em outros estados, várias, no Rio de Janeiro ou em São Paulo. A maioria dessas mulheres já tinha oferecido serviços sexuais no Brasil, algumas de maneira profissional, sobrevivendo exclusivamente da prostituição por um período de vários anos, antes de migrar para Europa. O relato de uma brasileira de 48 anos, originária de Goiás, de pele clara, residindo há 5 anos na Espanha:

Teve uma época que eu tinha uma dívida, na época, de R\$700,00. Foi em 95. Que eu não tinha de onde tirar esse dinheiro. Minha casa valia R\$2.000,00. E eu encontrei uma mulher que ela disse: Ah, eu já trabalhei nisso e dá dinheiro. Minha irmã trabalha em Ribeirão Preto. E nós fomos... Trabalhei 6 meses. Gostei. Dentro de um mês paguei minha dívida. Já levei bastante coisa para casa, levei roupa e tudo, entende? Coisas assim para as crianças, que ficaram com minha irmã... Depois vim para São Paulo. Trabalhei no [...] em São Paulo,

não sei se você conhece ou já ouviu falar... Trabalhei de 96 à 99, até Junho de 99. Era bom... Agora não é mais... É um prédio com 10 andares e cada andar havia em torno de 25 mulheres, que dá um total quase de 200 mulheres nesse prédio. Cada uma com seu quatinho que era uma cama de solteiro, muito pequenininha, e que você não tinha espaço nem para andar do lado... E aí em Junho eu vim para a Espanha.

Outras, que tinham oferecido serviços sexuais de maneira intermitente no Brasil, consideravam a participação que no passado tiveram na indústria do sexo nacional como algo ocasional. Nos termos de uma baiana, morena, de 42 anos, há sete meses na Espanha, cuja família, companheiro e cinco filhos, reside em Salvador:

No Brasil... Eu vendia meu salgado. Quando eu era mais jovem eu já fiz [programas]... Já entrei nessa vida três vezes, mas sempre que pude saí, já fiquei com homem e saí porque eu não gosto dessa vida. Eu gosto de ter dinheiro e trabalhar e ser feliz e ter um homem que eu goste.

Algumas fizeram programas durante um breve período de tempo no universo frouxamente organizado do turismo sexual no Nordeste do Brasil. No relato de uma mulher morena, de 24 anos, há 6 na Espanha, atendida, no passado, por programa de uma organização não governamental voltado para adolescentes carentes em Natal:

Eu tinha 17 anos, faltava um ano para eu sair da Casa []. E eu: Eu vou ter que enfrentar a realidade. E a realidade não é essa. Não vou ter meu café, almoço e janta todo dia. Então se eu não vou ter, eu vou ter eu buscar. E não posso buscar quando eu já estiver morrendo de fome. Não... tenho que me prevenir antes que aconteça. E com 17 anos eu comecei a me prostituir, porque eu sabia que meus 17 não iam ser para sempre, que ia chegar os 18 e eu tinha que sair da casa... Eu completei 18 anos em Junho e em Setembro eu estava aqui já. Com 17 [anos] o pessoal da Casa [] não sabia que eu saia... Eu estava estudando e tinha uma amiga... Ela disse: eu vou andar

por aí... Então ela começou a sair com homens, só que no início eu dizia: não vou sair... E teve um tempo, já fazia um mês, dois, que já eu comecei a sair... Eu gosto de pessoas maiores, mais velhas. Então apareceu um filho e um pai e ela disse: eu fico com o filho. E eu disse: eu fico com o pai. Porque ele se interessou por mim, eu achei ele bonito e pronto, a partir daí eu comecei a sair. É isso...

Contudo, e independentemente da idade, a inserção no mercado do sexo no Brasil teve lugar após realizar outros tipos de trabalho, no mercado formal ou informal. Foram babás, operárias, arrumadeiras de hotel, garçonetes, professoras, vendedoras, secretárias até micro-empresárias que, com diversos graus de compromisso familiar em função de serem ou não responsáveis por filhos ou outros integrantes da família, consideravam não ganhar dinheiro suficiente e compensador, em termos dos esforços realizados. Os relatos de três entrevistadas de diversas idades e originárias de diversos estados deixam este ponto claro:

[Estudei] até à oitava. Um ano eu... parei para trabalhar de babá aos 13 anos. Quando... deixei o trabalho aí voltei a estudar. Quando estava na 6ª série arranjei um trabalho numa fábrica têxtil... E afinal eu tinha que escolher ou estudar ou trabalhar, porque eu saía às 5 da manhã e chegava em casa as 7 mais ou menos e tinha meia hora para comer alguma coisa - tinha uma fome!... Trocar de roupa e tomar banho e ir para o colégio. Chegava e aí... dormia, não via as aulas. Então, eu disse: ou deixa de estudar ou trabalho. Então, eu deixei de trabalhar porque era muito pesado também, sabe? E pagava muito pouco. E a partir daí foi que apareceu essa minha amiga, e a gente começou a sair e pronto. E quando eu estava na... 8ª série, completei 18 anos, em junho. Aí passou julho, agosto e em setembro apareceu uma oportunidade de eu vir e eu vim para a Espanha.

Sai de Goiás e fui para Rondônia, para trabalhar... Em Goiás eu tinha uma livraria, papelaria... Era professora e trabalhava na Câmara de Vereadores. Aí, tive um problema e saí de Goiás e fui para Rondônia. Só que quando eu cheguei em Rondônia, foi tudo muito difícil. Eu não fiz pesquisa de mercado e montei uma coisa, que eu não sabia, que não entendia. Quer dizer, em 6 meses já não tinha

mais nada, nada. Eu montei uma fábrica de telha. Passei uma fase muito difícil da minha vida. E aí encontrei uma mulher, que ela disse que já havia feito a prostituição. E eu já não tinha de onde sacar dinheiro, como sobreviver, nada, nada... Tinha dois filhos...

Trabalhei em confecções, sei criar e cortar, aprendi no Rio. Cheguei a ganhar muito dinheiro com isso em São Paulo, mas depois perdi dois dos empregos, com a crise da confecção. E fui fazer programas.

A maior parte dessas entrevistadas migrou com o objetivo de oferecer serviços sexuais e, embora chegando à Espanha por rotas diversificadas, diretamente em Madrid, ou via Paris, dirigiu-se às cidades nas quais tinham contatos (o endereço de um clube fornecido por agenciador, ou por alguma amiga ou conhecida quando viajaram de maneira inteiramente autônoma). Mas, há casos de mulheres que migraram com o objetivo de prestar outro tipo de serviço e optaram por mudar o setor de trabalho uma vez que já estavam morando na Europa, avaliando que poderiam obter maiores recursos financeiros inserindo-se na indústria do sexo.

A irmã da minha amiga mora na Holanda... Ela tem três filhas e uma é deficiente... Ela tinha um marido e tem essa filha deficiente, separou. ... Aí mandou a passagem e... pra me pagar um dinheiro por mês. Ela tava me pagando mil e quinhentos reais... Eu agradei muito. Ela... mandou quinhentos euros para um filho meu lá. Ela me ajudava muito. Muito boa comigo... E lá na casa dela eu não ficava só nisso eu... ela arranjava faxinas... Lá, eu tava para poder passar três meses e vir para cá... Por isso que eu tô aqui ilegal. Aí eu telefonei... para uma amiga de lá de Salvador... Aí ela disse assim...Oh...tu já tá aí na Europa porquê tu num vai para Barcelona? Se comunica com [uma amiga que faz programas] e vai para Barcelona... (risos) ... ai traz mais um dinheirinho. Eu conhecia a [moça], que eu vendia numa boate lá que ela trabalhava.

O deslocamento entre alguma outra atividade no setor de serviços e a prostituição é uma possibilidade que, nos relatos,

aparece como permanentemente aberta e tentadora, está longe de restringir-se às migrantes brasileiras (OSO CASAS e ULLOA JIMENEZ, 2001). Compreender essa sedução exige considerar a dificuldade para obter emprego enfrentada pelos migrantes irregulares e o grau extremo de exploração ao qual são submetidos quando o obtém. Em 2004, um espanhol com baixo nível de escolaridade ou um migrante legal no setor de serviços, em Barcelona, recebia entre 6 e 8 euros por hora, enquanto um migrante ilegal (independentemente de seu grau de escolaridade) recebia aproximadamente a metade (Juncks, 2004). Essa diferença obriga os irregulares a trabalhar durante jornadas extenuantes para poder sobreviver, enviar dinheiro para o Brasil (o que todas as entrevistadas fazem) e/ou poupar dinheiro para investir no Brasil ou para retornar ao país. A desigualdade enfrentada na procura por emprego é claramente percebida por essas entrevistadas:

Se eu for trabalhar aqui em outra coisa... Vai sobrar para mim o quê? Limpar chão... Eu nunca fiz isso na minha vida, então não entra na minha cabeça eu trabalhar de faxineira aqui... Ganha muito pouco. O problema é esse. Se ganhasse bem eu até varria a rua, não tinha problema nenhum. Mas eu trabalhar e ganhar 800, 900 euros? Não. Eu gosto de trabalhar na prostituição. Há pessoas que dizem que é um dinheiro fácil. Não é que é um dinheiro fácil. Mas, pelo menos você tem mais oportunidade de conseguir mais dinheiro. Se você quer mais dinheiro, você trabalha mais horas. Nossa vantagem é que você é livre. Você faz o que você quer! Entende? ... Porque as pessoas pensam assim: Ah, prostituta ela tem que fazer tudo que o homem quer. Não. Você tem o seu limite, entende? Você vai até... Você não pode deixar que o dinheiro te corrompa... Então, você tem os seus limites. E dentro dos seus limites você sabe até onde você pode ir.

Nesse marco, os “chamados” para ingressar na indústria do sexo resultam sedutores inclusive para as mulheres que não estavam nela imersas no Brasil. Tocando este ponto (e chorando ao reconhecer as barreiras morais incorporadas através de uma educação católica), uma entrevistada de 38 anos, morando há pouco

menos de dois anos na Espanha, originária de Goiás, trabalhando entre 12 e 14 horas por dia no setor de serviços para ganhar 1100 euros por mês, com a extenuação marcada no rosto, na pele e no corpo, me explicou os motivos que a levavam a resistir:

Olha, eu tenho amigas aqui, muitas assim, mas tudo trabalha na prostituição, sabe. Às vezes liga, a gente fala alguma coisa assim por telefone... Raramente a gente se vê porque elas trabalham mais à noite... Sabe, Adriana, aqui todo mundo tem uma história triste. Por que aqui a gente vive muito só... E se a gente quer trabalhar honesto, a gente sofre também. Porque você trabalha pra caramba... Na prostituição se ganha mais... Eu já tive amigas que me chamam pra ir fazer, sabe: "Você fica aí dando bobeira, trabalhando, se matando, sofrendo..." uma amiga da minha cidade... logo que ela chegou assim, ela ganhava, três, quatro mil euros por mês... Nem era...bar nada, não tem bar, nada onde ela trabalha. É numa casa, ela fica nessa casa, ela mora aí, vive aí vinte e quatro horas. Aí e aí ela faz o programa e tira lá a parte dela e a parte da casa, ela me disse que tirava até cinco mil por mês, cinco mil euros, sabe. É, é tentador.

Entre essas mulheres, as que estão de maneira regular na Espanha obtiveram os "papéis" através do casamento com espanhóis, clientes ou não, as outras estão irregulares. Entre essas últimas algumas lutam contra as "cartas de expulsión" há anos, outras passam uns meses na Espanha e retornam ao Brasil para regressar novamente à Espanha. Uma delas retornou ao Brasil quando expirou pela primeira vez seu visto de turista, decidindo permanecer no país. No entanto, a comparação entre a dinâmica do mercado do sexo e os ingressos dele derivados em sua cidade natal, no Brasil, e em Bilbao, onde tinha oferecido serviços sexuais, a fez decidir retornar à Espanha:

Eu comecei a olhar o câmbio, o que você ganhava aqui e lá, e eu disse, não, não vale a pena... Foi em 2000. Um programa, se era com um gringo você cobrava 50, com um gringo, com brasileiro de 30 a 40, se fosse simpático, bonitinho essas coisas, sabe?... Então

eu disse, não vale a pena, porque a diferença é que no Brasil você está toda a noite para um homem e aqui é 20 minutos, e o câmbio... Porque tipo, você está com uma pessoa que você não gosta, um velho barrigudo, passar a noite com esse homem? Vai ser um terror... E vários homens não, você vê um mais bonito, um mais simpático, um mais bruto, vai mudando... O que te cansa é saber que você vai ter que passar uma noite com um homem por 50 reais, hoje em dia está 80 a 100 reais, você passar a noite toda com um homem por 100 reais, que é o máximo, e sabendo que aqui numa noite você pode ganhar 3 mil, quase 4 mil reais, se você botar, na cabeça, estou aqui para trabalhar e pronto, está entendendo? Mas, aí você ficar a noite todinha com um homem por cem reais, eu digo, meu Deus do céu, e depois que fui para lá não queria saber mais.

As rendas que elas declaram receber pelos serviços sexuais são diversificadas. Embora o trabalho na rua seja considerado de um nível "inferior" à prostituição que tem lugar em clubes, nesses casos, as diferenças na renda estão aparentemente associadas mais à maturidade e capacidade de administrar o dinheiro do que ao fato de trabalhar na rua ou em clube. Aliás, as preferências por uma ou outra modalidade de prostituição são diversificadas. Os clubes variam bastante em termos das condições de trabalho (Oso Casas e Ulloa Jiménez, 2001). Entrevistadas mais jovens que trabalharam em clubes cujas condições consideravam adequadas preferiam trabalhar nesses estabelecimentos devido a um certo clima de diversão e à possibilidade de sociabilidade com outras garotas das mesmas idades. No relato de uma mulher que só trabalhou em clube:

Tem dia que você pode fazer 3 ou 4 programas, tem dia que você faz 5, 6, depende se é dia de semana, se é fim de semana. Por exemplo, na segunda feira não dá gente, mas na semana que vem, vamos dizer que tem uma despedida e lota... Ele [o dono do clube] cobrava a diária e o resto o que você fizesse era seu. Eles cobravam 40 euros a diária. Se você fizesse 300, 400, 500 euros, era seu. Eu cheguei a fazer 400. Mas, eu não era aquela menina que dizia, eu vou para isso. Porque para mim era até uma diversão, tenho até umas amigas e sempre falamos disso, que gente perdeu muito dinheiro

porque a gente se sentava e passava toda a noite conversando...

No bar, no clube, se você tivesse com o cliente e o cliente pagasse uma coca para você de 18 euros, 9 euros era seu., se pagasse uma água de 6 euros, 3 euros era seu, metade, então você tinha que consumir o quanto você pudesse. Porque do que você consumisse, metade era seu. Quanto eu consegui levar?... Eu tirava muito dinheiro em folga... Então a gente ia, viajava, ficava em hotéis, táxi, e jogava dinheiro fora e é isso que eu me arrependo, de não ter aproveitado mais. A gente morava no clube e comia num restaurante com pessoas normais, vivia num apartamento que não era feio, não tava mal, bonito, grande. Eles que pagavam. Você tinha o apartamento, a comida, por exemplo, se você não comesse eles te dão dinheiro, por exemplo, você almoçava e jantava no restaurante, se você não almoçasse aí você recebia o dinheiro. Porque a gente dormia às cinco horas e ia acordar as duas para almoçar? Porque era das duas às quatro. Ou senão, a gente despertava às quatro horas mais ou menos e corria, e comia um pouco e depois ia jantar... Você pode ter os seus namorados, agora, por favor, 6 horas estar aqui. Eu quantas vezes, sempre chocava porque chegava tarde...

Ao contrário, mulheres mais velhas que já passaram por clubes preferem a rua, no período diurno. Segundo elas, apesar de cobrarem por um programa quase a metade do que se cobra em um clube (30 euros em lugar dos 60 que se paga por meia hora em um clube), seus rendimentos são equivalentes aos que obteriam em um clube, porque é exclusivamente para elas, só que em condições de trabalho que consideram melhores.

Já trabalhei em Clube aqui [em Barcelona] e não é bom. Porque tem que trabalhar à noite, eu não gosto. São plazes por 21 dias seguidos. Nesses dias você não vê ninguém, porque chega cansada pela manhã, dorme e depois vai para o clube de novo. Tem que beber, tomar copas, com os homens. Tem que ser muito simpática, estar sempre disposta a conversar, e isso eu não estou sempre. Prefiro esta vida. Trabalho de dia, posso encontrar amigos, e, se quero, deixo meu lugar do trabalho, vou olhar vitrines. E, no fundo, no clube não se ganha mais. Porque ganha mais, mas tem que deixar mais dinheiro também, porque tem que pagar pela vaga no hotel, no clube. Eu prefiro a rua.

No Brasil as mulheres, as prostitutas, não tem noção. Pensam que aqui na Espanha só tem clube. E aqui tem muito lugar na rua de trabalhar que é bom de ganhar dinheiro. Antes era muito melhor de trabalhar aqui. Agora está acabando porque vai mudar isso aqui. Vão fazer um hotel 5 estrelas aqui, vão fazer muitas coisas. Então eles querem acabar com isso aqui. Mas antes você ganhava na média de 4 mil euros tranquilo, todo mês, todo mês. E 4 mil euros é o que, R\$14.000,00 no Brasil. Mulher com mais idade aqui não ganha dinheiro dentro de clube. E era aquele toca me toca dentro de clube. E a gente não era acostumada. Eu não sabia que tinha trabalho na rua. Eu só escutava falar de clube, de clube, de clube. Então, quando eu cheguei em dois clubes, em La Coruña, eu vi o ambiente eu falei: Isso aqui eu não ganho dinheiro. Na rua foi o melhor de todos. Hoje eu ganho uns 3000 euros por mês. Aí tem... um, dois, três, quatro lugares para a gente entrar na habitação. Paga dez euros... Mas aí é o homem que paga. E para mim paga 20 euros. Depende 20, 30... Trabalho das 10 às 21 horas... Eu não trabalho à noite. Eu trabalhando ou não trabalhando é o meu horário. E às vezes se eu não quero vir trabalhar eu não venho. Mas como a gente tem um objetivo e você quer juntar dinheiro para você mandar para o Brasil, para você fazer as suas coisas, pois então você cria um horário para você e como se fosse o seu trabalho, entendeu?

A clientela é diferenciada, de acordo com os espaços e também as regiões do país. As distinções entre consumidores de sexo que freqüentam clubes em diferentes regiões da Espanha são marcadas por uma jovem paulista, de pele claro, 28 anos, que passou por clubes em Andalucia e Barcelona antes de oferecer serviços sexuais em pisos, em Barcelona:

En ese sitio, en Almeria... los clientes, la mayoría, eran gitanos y marroquíes, que para nosotras son los peores clientes que hay porque... ponen el cuchillo en el cuello de las chicas. Claro, en cada nacionalidad hay gente buena y mala pero ya es la cultura de cada país y los marroquíes, la manera como tratan a las mujeres... En el club de Barcelona era prohibido ir con marroquíes, ellos entraban tomaban una copa, pero nosotras no podíamos acercarnos a la habitación con ellos, lo que ya nos daba algo de seguridad.

E, em uma mesma região, de acordo com as entrevistadas, há uma ampla diversidade entre os freqüentadores de clubes e da prostituição de rua. Segundo elas, em Barcelona os clientes dos clubes tendem a ser espanhóis e de outros países da comunidade européia. Na rua haveria clientes de menores recursos, migrantes africanos (marroquinos, argelinos) e de diversos países “pobres” (Índia, Paquistão, Polônia) e espanhóis muito jovens (na casa dos 20 anos) ou bem mais velhos (de 60 ou mais anos). Nas palavras de uma brasileira que trabalha neste setor, em Barcelona:

Os clientes, aqui, são os espanhóis, africanos, de Paquistão, marroquino. É da Índia... Que vivem aqui. Para ganhar dinheiro é melhor com os espanhóis porque eles pagam melhor. Agora, para foder rápido é com os marroquinos. (risos) Espanhóis, aqui, é mais os velhos. Eu tinha um cliente que sempre falava assim: Ai, porque agora no inverno eu tomo banho uma vez por semana. Pero, quando você trabalha é igual. Sabe por quê? Porque você pode pegar tudo que é mierda aqui. Só que quando você chega em casa, sua roupa vai direto para lavadora. Você toma banho, mas o seu dinheiro está aqui na bolsa. (risos) Entendeu? É assim.

E vale destacar que para todas as entrevistadas a oferta de serviços sexuais é um trabalho. Nos termos de uma delas:

Quando você está dentro da prostituição... você vê como um trabalho normal.
Entendeu? É um trabalho. É claro.

Assim como os migrantes brasileiros inseridos em outros setores do mercado de trabalho ao redor do mundo (Assis, 2004), estas migrantes mantêm estreitos laços com o Brasil. A comunicação telefônica é intensa, as visitas ao Brasil, no caso das que têm “papéis”, também. E a circulação de parentes, irmãs, primas, criando verdadeiros grupos transnacionais, é freqüente.¹⁴

¹⁴ Para um alargamento da idéia de transnacional, que não se limita exclusivamente aos migrantes de classe média, ver Agustín 2003 a.

Parte substantiva dessa comunicação se exprime nessas remessas que são expressão de carinho e, simultaneamente, da obrigação criada pelos laços de parentesco. Essas remessas são enviadas ao Brasil via agências de câmbio particulares (jamais um banco brasileiro), em valores que oscilam entre os 100 e 1.500 euros mensais, para sustentar filhos, mães, sobrinhos, cobrindo os gastos mais variados: telefone, gás, material escolar, até mensalidade da faculdade.

A família toda está lá [no Rio], minha mãe, o pai já morreu, meus irmãos, meus sobrinhos. Não tenho filhos, envio dinheiro todas as semanas. Tenho a sensação de que a família toda mora com esse dinheiro.

E, se as condições econômicas são determinantes para a inserção dessas entrevistadas no mercado do sexo na Espanha, isto não significa necessariamente aludir a uma situação miserável no Brasil. Trata-se, sobretudo, da falta de possibilidade que elas sentem em termos de traçar um futuro, em termos econômicos, para elas e para seus descendentes. De acordo com uma das entrevistadas:

Para mim sair do meu país, para trabalhar para comer? Para comer eu tenho no meu país. Não precisa. Não precisa estar longe da minha família para comer. Aí no Brasil se você planta uma mandioca, se você cria uma galinha, você come. Não é fome. É você tentar fazer algo... Eu sempre me preocupei muito com o amanhã. Quando eu estiver com 60 anos.

Entre essas mulheres, os projetos elaborados no traçado do futuro são diversificados, mas, entre as que não tiveram filhos na Espanha, tendem a estar associados ao retorno ao Brasil, realizando sonhos que mostram dimensões diferenciadas em termos de ambição:

Quero juntar dinheiro para voltar para Salvador... Quero comprar uma caminhonete para... botar minhas barracas... É, botar meus salgados... Botar isopor com bebidas, né? Cerveja e refrigerante... Umas

mesinhas que arma e desarma, pelo menos umas quatro, umas quatro mesinhas... Botar meu fogão, fazer minhas frituras, já levar tudo feito, congelado, entende?

Eu tenho terras aí, eu tenho vaca... em Rondônia. Meus filhos estão em Rondônia. Então, eu vou mandando dinheiro para cada dia melhorar, para daqui uns dois anos eu não precisar de trabalhar. Eu mando em torno de 1.500 euros para o Brasil. Todo o dinheiro que eu ganho aqui eu invisto no Brasil. Por quê? Porque daqui dois, três, quatro anos eu quero estar aí. Eu quero estar aqui três meses e três meses no Brasil, com minha família. Meu filho já está tirando 100 litros diários de leite. Mas eu quero arrumar, assim, que eu tenha uma renda assim de uns R\$5.000,00 todo mês e quero ter umas dez casas para alugar e pronto. Já tenho a minha aposentadoria assegurada.

Com esses objetivos, as entrevistadas enfrentaram as dificuldades de adaptação, de aprendizagem da língua, de procura de moradia e uma solidão intensificada pela distância que algumas percebem ser colocada pelos espanhóis e, sobretudo, pelas espanholas:

Os espanhóis são, assim, muito fechados. O homem até que ainda busca as brasileiras, porque eles têm uma ideologia assim que as brasileiras são isso, são aquilo. Diferente das espanholas...

Elas viram colegas sucumbirem aos efeitos das drogas e conviveram com um racismo que percebem, diferentemente do imperante no Brasil, vinculado à nacionalidade mais do que à cor (e, nesse sentido, relativamente mais suave com as brasileiras, que, segundo elas, tendem a serem apreciadas em termos de seu temperamento, que com mulheres de outras nacionalidades). Conviveram, também, com um considerável grau de estigma em relação à prostituição (GARAIZÁVAL, 2005) que consideram ser superior ao que existe no Brasil.¹⁵

¹⁵ A percepção do estigma e seus efeitos estão longe de serem generalizáveis. Para uma leitura de seus efeitos em mulheres marroquês ver Rodríguez Martínez e Lahbabi, 2005.

É muito diferente do Brasil. No Brasil, se sabe que quem está nisso é porque precisa. Mas, as mulheres vivem para a família, trabalham para sustentar filho, irmãos. Aqui, quem está na prostituição e é espanhola, é para manter vícios. Droga, jogo, máquinas traga perras. No fundo, acho que há algo de verdadeiro nisso. Quem nasce na Europa não precisa se prostituir, pode fazer qualquer outra coisa. Já no Brasil, não.

Para essas entrevistadas, porém, os ganhos obtidos mediante a migração com o objetivo de oferecer serviços sexuais extrapolam a dimensão puramente material. Eles incluem a criação de uma certa autonomia, em relação aos companheiros, e a ampliação de um universo cultural que possibilita, inclusive, uma re-valorização do Brasil.

Que agora num vou quere ter só um homem, agora eu vou querer ter o que eu queira... Que a gente lava passa cuida e eles sempre tão atrás de busca de outras. Não, eu agora quero que ele lave, passe e eu usar. Agora minha cabeça mudou, eu agora já disse a ele, agora aquela que tu conheceu é outra. Agora quem dá as cartas sou eu.

Você fazendo a prostituição aqui você aprende muita história, muita cultura diferente. A mim me encanta. Porque você convive também com os franceses, com os ingleses, com alemães, com os gregos. Então, quando eu saio daqui e vou para o Brasil e você começa a conversar com as pessoas, você vai vendo a grandeza que você tem em termos de cultura, entende? Que você aqui fora você aprende muito. Quando eu vim para cá, por exemplo, é como se estivesse assim abrindo o mundo, entende? Que no Brasil você não se dá conta disso, entende? E hoje eu vejo também, você está aqui você vê, que a riqueza que o Brasil é, a riqueza que o Brasil tem e que as pessoas aí não valorizam.

Consentimento, coerção e obrigação

Máfias... que a polícia te mostre uma única máfia que seja! Nem duas, nem 3, isso não existe. O que fazem é deportar mulheres sem papéis, que sabiam o que vinham a fazer aqui, que queriam fazer isso! O que é uma máfia? É cobrar o dobro por uma passagem? Isso não é máfia, isso é algo que acontece. Você quer vir para Europa, mas

não tem dinheiro para a passagem. A passagem custa 1000 euros, eu compro para você, porque eu tenho o dinheiro, mas cobro 3000. Você aceitou, pronto, feito. Máfia é quando tem uma mulher como escrava, prisioneira, quando a vendem. Isso tem aqui, com as romenas. Mas, a polícia prende elas e não os homens que estão na calçada da frente controlando! E elas têm que trabalhar queiram ou não, não podem parar para comer, ou tem que comer o que eles dão para elas. Isso é máfia, com brasileira não tem isso não.
(Trabalhadora sexual, há 5 anos trabalhando na Espanha)

O depoimento exaltado dessa mulher, uma mulata cor de chocolate claro, com olhos verdes, efeito produzido pelo uso de lentes de contato e longuíssimos cachos dourados criados mediante a utilização de extensões, extremamente cálida, sintetiza a opinião que as trabalhadoras do sexo entrevistadas têm em relação à discussão sobre tráfico de brasileiras na Espanha. Longe de restringir-se a elas, essa idéia é partilhada por diversos agentes vinculados ao Brasil, que afirmam não acreditar na história das máfias, no que se refere às brasileiras. Segundo um desses agentes:

As meninas que passam pelo consulado viajaram por conta própria, às vezes ficam devendo a passagem e pagam o dobro por ela, se for uma passagem de 1400 euros, elas vão pagar 2800, e enquanto pagam são vigiadas, as saídas são vigiadas, tem o passaporte tomado. Mas, a maior parte está por conta própria, para ganhar dinheiro, deixou um ou mais filhos no Brasil, dividem os lucros com o clube, a casa onde estão.

De fato, contrastando com a preocupação presente no Brasil em relação ao número de brasileiras eventualmente vítimas do tráfico na Espanha (LEAL e LEAL, 2002; LEAL, 2003), do outro lado do oceano o tráfico, entendido no sentido de engano, privação da liberdade e/ou serviços forçados, é vinculado, pelas entrevistadas sobretudo a migrantes de outras regiões do mundo (Leste Europeu e África, particularmente Nigéria). Nesse marco, meu interesse específico por brasileiras em situação de tráfico espantava. As latino-americanas, em termos gerais, são percebidas como trabalhadoras “autônomas”.

Compreender essa reação requer levar em conta as percepções nativas, isto é, das trabalhadoras do sexo sobre tráfico, que tendem a estar associadas ao termo máfia e à idéia de trabalho forçado. E exige também compreender o alcance da noção de ajuda. As máfias são vinculadas a grupos organizados para a realização de alguma atividade delituosa. A dona de um dos bares brasileiros mais freqüentados pela comunidade em Barcelona, mais antigo, e mais animado (próximo ao prédio do correio central, é pouco mais que um balcão com bancos alto, no qual uma TV, no alto, exhibe shows brasileiros, serve coraçãozinho de galinha, coxinha, feijão preto, cerveja Brahma, mas a animação se estende na rua, alimentada por um grupo musical, com seus instrumentos) me explicou pacientemente:

Olha, máfias. Só aconteceu uma vez aqui. Teve uns brasileiros que falsificavam documentos, passaportes, essas coisas. Eu ouvi eles falar, mas não prestei muita atenção. Depois veio a polícia, e me interrogaram. Eu disse que eram apenas clientes do bar, que não podiam me responsabilizar por isso. E, sim, nos treze anos que tenho o bar, uma vez, uma única vez ouvi a uma moça de Recife dizer que foi trazida para trabalhar como babá, e que, quando chegou, viu que era para prostituição. O resto que conheço trabalham nisso porque querem, porque gostam, mas ninguém forçado.

A idéia de escravidão vinculada ao trabalho forçado e à prisão é parte importante da idéia de tráfico. Mas, o fato de alguém não saber que deve devolver com juros a passagem recebida não é necessariamente considerada indício de tráfico, nem de um engano análogo ao de prometer outro tipo de emprego (pode ser “burrice” ou ingenuidade). De maneira análoga, ser apenas vigiada enquanto se paga a dívida não é necessariamente associado a prisão. O relato da jovem que chegou a Bilbao, diretamente de Natal, através do contato com um intermediador local, aos 18 anos, para trabalhar em um clube mostra essa percepção:

Pegamos a passagem no aeroporto porque seguramente uma pessoa daqui tinha mandado para lá, para a gente pegar lá. Pegamos a passagem lá e viemos. Fomos até São Paulo. Chegamos em São Paulo ... E chegou em São Paulo... Eu... Não sabia o que me esperava aqui, também com medo do avião... E minha amiga dizia, não, a gente vai e chegando lá a gente volta, só para passear. Aí viemos por Paris, não sabia o risco que corria de a polícia te pegar, porque eu passei assim, como se passasse por uma rua, porque não sabia que corria um risco da polícia me pegar. Então a gente veio, passamos pela polícia, carimbou o passaporte e nada... A gente veio de ônibus de Paris para cá... Chegamos em Bilbao, ligamos para a pessoa que ia esperar a gente aqui e não atendia, acho que com medo, diziam, isso é a polícia, se está insistindo, eu penso isso. No final atendeu e disse, a gente está aqui na ... que é perto do trem, e vieram pegar a gente, levou a gente para tomar café e depois levou a gente para a casa dele e disse, olha vocês dormem um pouquinho porque a tarde vocês vão para a polícia para pegar o visto, porque como a gente tinha vindo por Paris tinha que pegar o visto por 3 meses...

A gente não pagou a passagem, foi 3 mil euros, 3 mil e alguma coisa, isso eu estou falando de cinco anos, e mais diárias de 40 euros, naquele tempo, porque tinha que pagar para o clube, 40 euros a diária. Eu fiquei desesperada porque ele falou 3 mil euros ... O passaporte ficou com a gente, a passagem de volta também ficou com a gente. Eu tive muita sorte, porque os clubes normalmente tomam o passaporte e a passagem e só te entregam quando você termina de pagar a dívida, e aí não, deixaram passaporte, deixaram passagem com a gente. Eu fiquei desesperada quando soube que tinha que pagar a passagem porque eu não sabia. E eu disse, olha, o rapaz não me disse que tinha que pagar a passagem, porque se ele tivesse me dito eu tinha a opção de escolher se queria vir ou não, mas ele não me disse nada. Então estive uns dias chorando... E chegou uma vez que o rapaz que foi receber a gente disse, quer ir embora? Sem eu terminar a dívida, e eu, para não ter problemas com esse pessoal, eu disse não. Eu vou terminar de pagar a passagem e se eu quiser ir embora eu vou. E terminei de pagar a passagem em um mês, menos... E o que ganhei depois ficou para mim.

Essa entrevistada e outra, uma trabalhadora do sexo “morena escura”, hoje com 44 anos, que chegou a Bilbao, desde o Rio, quando estava com 29 anos, para trabalhar em um clube, são exemplos de mulheres que migraram através do contato com intermediadores, que tinham algum tipo de contato com os clubes de Bilbao. No primeiro caso, um taxista nativo, que costumava transportar a jovem para a boate na qual fazia programas. No segundo, um intermediador argentino, no Rio. E ambas foram contatadas em meios nos quais já ofereceriam serviços sexuais para estrangeiros. A primeira, particularmente, representa a tão temida vinculação dos espaços do (novo) turismo sexual no Brasil com os circuitos de prostituição na Europa.

Parte das entrevistadas, porém, migrou através da inserção em redes femininas de vizinhas, amigas, conhecidas e parentes que já estavam morando na Espanha. Essa observação vale para brasileiras e outras latino-americanas, para mulheres e para “trans”. E, nesses casos, o adiantamento de dinheiro, a ser devolvido com juros análogos aos pagos em um clube, a oferta de uma vaga em um apartamento (pela qual se paga um valor bastante superior ao que ela de fato tem) e/ou o apoio para inserir-se em pontos na rua, são lidos como “ajuda”. Esse tipo de “ajuda”, porém, está longe de restringir-se a migrantes brasileiros¹⁶ e à inserção na indústria do sexo (Oso Casas e Ulloa Jiménez, 2001). A prática de oferecer uma vaga em apartamento pelo dobro, ou mais, de seu valor é freqüente, inclusive, entre migrantes universitários. Este tipo de migração envolve redes migratórias quase familiares, análogas aos de outros migrantes latino-americanos, de brasileiros em outras partes do país e, no passado, de migrantes internos, do Norte e Nordeste do Brasil para o Sudeste do país. A diferença é que estas

¹⁶ Analisando os processos migratórios de trabalhadores do sexo em Galícia, Oso constata a existência, por um lado, de tráfico a pequena escala, sustentado por indivíduos particulares ou donos de pequenos clubs e, por outro lado, de uma migração de mulheres apoiada fundamentalmente em redes migratórias. São mulheres que migram de maneira mais autônoma, empregando-se em clubs ou pisos (OSO CASAS, 2005)

redes são basicamente femininas, e que amigas e vizinhas se adicionam aos laços familiares. Neste contexto, os juros cobrados pela passagem, quando não são percebidos como excessivos, são considerados lógicos e se considera, também, que é uma “obrigação” retribuir a “ajuda” recebida.

Uma trabalhadora do sexo que viajou por conta própria (pagou sua própria passagem e chegou na Espanha com 800 dólares para poder se instalar), junto com duas amigas, dirigindo-se diretamente a um clube de La Coruña, do qual conseguiram o endereço no Brasil, explicita sua decepção com as meninas que “ajudou” a viajar:

Eu já trouxe cinco meninas para cá. Você ajuda, você compra a passagem, você empresta dinheiro. Quando chega aqui elas ficam de mal com você, você parece que é um bicho para elas. Não querem te pagar o dinheiro. É o maior problema... E eu não trago mais nenhuma brasileira... Agora, nas máfias, elas falam, falam, mas são obrigadas a pagar, entendeu? Eu por exemplo eu tinha essas meninas que eu trouxe. Nenhuma quiseram me pagar. Mas depois tiveram que me pagar. Um pouco eu recebi.... Agora com as máfias não. Eles tomam passaporte e tem que pagar, entendeu?

Uma amiga, uma das chicas também que me ajudou a trazer, ela penhorou o carro dela para trazer uma outra... para receber esse dinheiro foi um problema. Então, eu não trago. Eu não trago uma brasileira para cá. Se um dia eu trouxer eu vou cobrar lá no Brasil primeiro, para depois eu trazer. Do meu centavo, do meu dinheiro eu não trago mais nenhuma.

Mas o que as pessoas pensam no Brasil: Ah, porque mata, porque isso, porque aquilo... Entendeu? Chega aqui é obrigado a pagar. E chega aqui elas não querem pagar. O problema é isso.

Tecnicamente, considerando as disposições do Código Penal Brasileiro¹⁷, parte dessas entrevistadas poderia ser considerada

¹⁷ O Código Penal Brasileiro não é coincidente com o Protocolo no que se refere à definição de tráfico internacional de pessoas. Este último não reduz o tráfico de pessoas à exploração sexual, mas considera vítimas de tráfico pessoas desempenhando qualquer atividade em situação de servidão, ou análoga à escravidão, além daquelas submetidas à remoção de

traficada e, ainda, aliciadora ou até traficante de outras mulheres (na medida em que terceiras partes facilitaram suas saídas do Brasil para exercer a prostituição no exterior e, ainda, elas operaram também à maneira dessas terceiras partes em relação a outras mulheres). No entanto, essas idéias estão distantes das percepções dessas entrevistadas.

As interpretações amplas sobre o tráfico de pessoas (la trata) também são contestadas nesse universo. No embate entre leituras sobre o tráfico, as trabalhadoras do sexo entrevistadas consideram essas interpretações mais um mecanismo para reforçar a malha tecida pelo governo espanhol com o objetivo de facilitar a deportação de brasileiras irregulares, particularmente daquelas mais vulneráveis e, em alguns casos, mais facilmente localizáveis, as que prestam serviços sexuais na rua. Entre essas entrevistadas, de fato, não é o tráfico, mas a ação repressiva do governo espanhol em relação à prostituição e em relação às migrantes irregulares o principal fator de preocupação, medo, e, em alguns casos, verdadeiro pavor.

A polícia me correu... com três meses... Todo mundo que chega aqui com três meses a polícia vai em cima, a polícia aqui num é tonta. Eles vêm para rua... Três meses e cinco dias certinho, a outra minha amiga que foi deportada também. Com três meses... Eu em... sete meses... já fui pega três vezes... A polícia pega a gente... e prende então... leva na estrangeira. Então lá eles olham seu passaporte... Se já passou de três meses que você tá aqui... já passou seu tempo de turista aqui, então você está aqui ilegal.

órgãos. No Código Penal (Cap V, Art. 231, incisos 1, 2 e 3, modificado pela Lei nº 11.106, de 28 de março de 2005) é considerado tráfico internacional de pessoas promover ou facilitar a entrada no território nacional de alguém que nele venha exercer a prostituição ou a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro. O emprego de violência, grave ameaça ou fraude e fins de lucro, aspectos centrais na conceitualização de tráfico do Protocolo de Palermo, são contemplados com penas adicionais pelo Código Penal, mas não são os aspectos que definem o tráfico internacional de pessoas.

Então se você está aqui ilegal eles lhe dão uma carta de expulsão. A outra vez que eles pega eles faz o seguinte. Você num fica só na comisaría... Porque da primeira vez você... com vinte e quatro horas você sai. A primeira. No outro dia te solta com a carta de expulsão. Mas na segunda vez já é diferente, você já vai ficar lá dois, três, quatro, cinco dias, quantos eles queira. Então eu fiquei três dias da segunda vez e em seguida três horas da madrugada eles acordaram eu e outras, inclusive essa menina que foi expulsa. Acordaram a gente às três horas, que eu tive medo deles matar a gente no caminho. Do jeito que eu vejo essas coisas, esses negócios de polícia e tenho medo.

Lhe algemam... e lhe bota você num carro daquele, o quê que tu pensa fofa?

Então aí me levaram...botaram a gente nesse sofrimento, aquela humilhação horrível e levaram a gente pra... onde tem os julgado.

E a gente fica lá esperando até uma hora que eles queira. E na hora que eles queira vai chamando uma por uma. Tem um advogado com um juiz, então aí é que está! Então aí... eles olha tudo, que você já tem a ordem de expulsão e tudo. O tempo que você tá aqui, aí você conta a sua história cada um conta a sua história. Por que está aqui ... O que tá fazendo aqui... e tudo. E depois eles vão analisar o seu caso e a mim mesmo eles me disseram que... eu ia ficar internada... e possivelmente eles iam me mandar para o meu país. Entrei em pânico, internada que dizer presa. Na estranjeria, no local mesmo de prisão mesmo. Pra pessoa só sair daí pra dentro do avião com eles junto. Que é muito triste viajar assim...

E minha amiga ficou para depois de mim. Aí, eu certa que ela também ia sair, aí foi quando eles... mandaram ela voltar. Aí ela voltou. ..

Ela ficou vinte dias presa... Outra amiga foi visitar, levar as roupas dela para ela num, viajar sem roupa. Levar o dinheiro que ela tinha aguardado. Mas não deixaram.

Nesse contexto, as ONGs que prestam auxílio às/os trabalhadoras/es do sexo adquirem a máxima importância e são altamente valorizadas. Para além do fato de facilitarem a aquisição de preservativos, o acesso a atendimento médico e outro tipo de ajudas imediatas, elas são apreciadas, sobretudo, em função da defesa que elas realizam do direito das trabalhadoras do sexo, da assistência legal que oferecem, da informação e facilitação

de contato com advogados e com a possibilidade de obter os almeçados “papéis”, não para sair da prostituição, mas, nestes casos, para poder permanecer de maneira regular. Este é o tipo de auxílio que consideram precisar com maior urgência.

Considerações finais

Retomando as questões enunciadas na introdução, é necessário observar que, nesse contexto, longe de ser irrelevante, a noção de consentimento adquire importância central porque estabelece a fronteira entre prostituição forçada daquela voluntária e com pleno discernimento. E apenas a prostituição forçada, vinculada à idéia de escravidão e de máfias, é associada ao tráfico de pessoas. Tendo essa fronteira como marco, várias das noções presentes no Protocolo de Palermo, questionadas nas leituras críticas desse instrumento, adquirem importância, mas são re-significadas na experiência dessas mulheres.

Uma dessas noções é o abuso de uma situação de vulnerabilidade. Essa noção é vinculada, em leituras internacionais, a todas as migrantes de regiões pobres do mundo, e em leituras brasileiras, às mulheres mais pobres, com menor grau de escolaridade e, às vezes, as mais jovens. Entre as entrevistadas, porém, independentemente da idade, da situação de pobreza do qual partiram, do nível de escolaridade atingido, o trabalho sexual, mesmo através da migração irregular, foi escolhido com uma forte percepção da ausência de perspectivas ou das reduzidas expectativas de uma vida melhor no Brasil. Nesse sentido, a consciência de sua vulnerabilidade, em termos sociais, no país, opera como motor para a migração com o objetivo de oferecer serviços sexuais. A idéia de construção de futuro ao qual elas aludem revela o projeto de investimento em um modo de proteção social individual e do grupo familiar, que se manifesta no empenho com a educação formal dos mais jovens, incluindo curso superior, na aquisição de bens (casas) no investimento (compra de terra, cabeças de gado) e na formação de uma poupança para garantir uma velhice tranqüila.

Outra das noções consideradas imprecisas no Protocolo e com a qual essas mulheres não se identificam é com a idéia de exploração, nem sequer no caso daquelas que contraíram dívidas no processo migratório e/ou trabalharam em clubes e não por conta própria. Considerando a prostituição como um trabalho, tendo tido a experiência de trabalhos pouco remunerados em outros setores, no Brasil, e percebendo a relação entre trabalho e o salário pago aos migrantes na Espanha, elas consideram exploração apenas a retenção excessiva de parte dos ingressos. Com essas referências, a diária ou “a parte da casa” paga em um clube não é percebida como exploração. Na leitura dessas entrevistadas, exploração sofrem mulheres como as nigerianas ou romenas que conhecem na Espanha, cujo dinheiro é permanentemente extraído por aqueles/aquelas que as controlam. E aquelas entrevistadas que facilitaram a migração de outras brasileiras, cobrando juros em torno de 100% pelos empréstimos realizados, consideram agir de acordo com a lógica presente no mundo da migração atual, mas, além disso, pensam que inserindo-as em rede de “ajuda” e obrigação, têm facilitado as vias para a construção de uma vida mais promissora da que tinham no Brasil.

Confrontar estas percepções com os argumentos das leituras críticas sobre o Protocolo de Palermo sugere, sem dúvida, a necessidade de precisar melhor as noções associadas ao tráfico de pessoas. E, considerando as experiências das entrevistadas, levanta dúvidas sobre escolhas realizadas nos caminhos seguidos para a formulação desse Tratado Internacional, deixando de lado idéias importantes para um dos principais grupos que, participando da migração internacional, é considerado alvo do tráfico de pessoas: as trabalhadoras do sexo.

Nos termos de Judith Butler, subverter remete a deslocamentos que interrompem a ordem cultural hegemônica (BUTLER, 1990). O marco complexo de desigualdades permeadas por gênero no qual as migrantes aqui consideradas migraram e se inseriram na indústria do sexo na Espanha torna delicado aplicar este termo aos efeitos de suas trajetórias. Con-

tudo, é necessário observar que, sem alterar essa ordem no plano coletivo, essas agentes sociais atribuem sentidos dissonantes a noções vinculadas à prostituição e ao tráfico de pessoas em benefício de seus projetos individuais. E, com suas ações, enfrentam protocolos culturais e políticos, nacionais e internacionais e o destino social para elas traçado no Brasil.

REFERÊNCIAS

AGUSTIN, Laura Maria. 'The cultural study of commercial sex', *Sexualities*, v. 8, 2005.

_____. Forget Victimisation: Granting Agency to Migrants, *Development*, 2003.

_____. Sex, Gender and Migrations: Facing Up to Ambiguous Realities, *Soundings*, Spring, 2003.

_____. *Mujeres inmigrantes ocupadas en la industria del sexo*. In: Colectivo IOÉ, (Ed.) *Mujer, inmigración y trabajo*. Madrid: Imsero, 2001.

ANDERSON, Bridget & O'CONNELL DAVIDSON, Julia. Trafficking, a demand –led problem? A multy-country pilot study. Part 1 "Review of evidence and debates". 2004. Disponível em: <http://www.jagori.org/research_dst.htm>.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. *De Criciúma para o mundo: rearranjos familiares e de gênero nas vivências dos novos migrantes brasileiros*. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

BUTLER, Judith. *Gender trouble, feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge, 1990.

CHAPKIS, Wendy. *Live Sex Acts: women performing erotic labour*. Londres: Cassell, 1997.

DOEZEMA, Jo. "A crecer! La infantilización de las mujeres en los debates sobre "tráfico de mujeres". In: OSBORNE, Raquel, (Ed.). *Trabajadoras del sexo. Derechos, migraciones y tráfico en el siglo XXI*. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2004.

_____. "Ouch! Western Feminists "wounded attachment" to the "Third World prostitute"; *Feminist Review*, 67, 2001.

_____. "Forced to Choose. Beyond the Voluntary v. Forced Prostitution Dichotomy". In: KEMPADOO, Kamala, e Doezema, Jo, *Global sex workers, Rights, resistance, and redefinition*. Londres: Routledge, 1998.

EMAKUNDE, INSTITUTO VASCO DE LA MUJER. *La prostitución ejercida por las mujeres en la C.A.P.V.* Vitória, Gasteiz, datilo, 2002.

FRIEDMAN, Estelle e THORNE, Barrie. "Introduction to the Feminist Sexuality Debates", *Signs*, v. 10, n. 11, 1984.

GARAIZABAL, Cristina. *O estigma da prostitución, Andaiana*. Disponível em: <[http: www.andainamulleres.org/artigresul_2.php?tiduo](http://www.andainamulleres.org/artigresul_2.php?tiduo)>. Acesso em: jan. 2007.

HOLGADO FERNANDES, Isabel. *Trabalho sexual no mundo global: questão de direitos, non de pánico social, Andaiana*. Disponível em: <[http: www.andainamulleres.org/artigresul_2.php?tiduo](http://www.andainamulleres.org/artigresul_2.php?tiduo)>. Acesso em: jan. 2007.

JASMIN. Prostitution is Work, *Social Text*, n. 37, 1993.

JULIANO, Dolores. *Informe Final, Grupo Multiculturalismo y Género*, LICIT, Barcelona: datilo, 2004b.

JUNCKS, Kátia Regina. *La formación história de la clase obrera en la Barcelona del siglo XXI*. Un pequeño diálogo con E.P. Thompson. Tesina, Universidad Autónoma de Barcelona, 2004.

KEMPADOO, Kamala; Sanghera Ivoti e Pattanaik, Bandana (Ed.). *Trafficking and prostitution reconsidered, new perspectives on migration, sex work and human rights*. Boulder: Paradigm Publishers, 2005.

KEMPADOO, Kamala. "Introduction". In: Kamala Kempadoo e Jo Doezema, *Global sex workers, Rights, Resistance, and Redefinition*. Londres: Routledge, 1998.

LEAL, Maria Lucia, e LEAL, Fátima. *Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Brasil*. Brasília, CECRIA, datilo, 2002.

LEAL, Fátima. "Tráfico de Mulheres", trabalho apresentado no seminário Sexualidades e saberes, convenções e fronteiras. Unicamp/Campinas: datilo, 2003.

LUTZ, Helma. "The Limits of European-ness: immigrant women in Fortress Europe": *Feminist Review*, n. 57, autumn, 1997.

MASSULA, Leticia e MELO, Mônica de. *Tráfico de Mulheres: prevenção, punição e proteção*. United States Consulate General. São Paulo: CLADEM, 2003.

MCCLINTOCK Anne. "Sex Workers and Sex Work, Introduction", *Social Text*, n. 37, 1993.

MEDEIROS, Regina de Paula. *Hablan las putas*. Sobre prácticas sexuales, preservativos y SIDA en el mundo de la prostitución. Bilbao: Virus, 2000.

MESTRE, Ruth. Las caras de la prostitución en el estado español. In: Raquel Osborne (Ed.) *Trabajadoras del sexo. Derechos migraciones y tráfico em el siglo XXI*. Barcelona: Ediciones Bellaterra, 2004.

MINISTERIO DE TRABAJO Y ASUNTOS SOCIALES, OBSERVATORIO PERMANENTE DE LA INMIGRACIÓN. *Boletín estadístico de extranjería e inmigración*, n. 3, septiembre de 2004, Mujeres extranjeras en España, Madrid. 2004 b.

OSO CASAS, Laura. *Mullers inmigrantes y prostitución en Galicia*, Andaiana. Disponível em: <http://www.andainamulleres.org/artigresul_2.php?tiduo>. Acesso em: jan. 2007.

OSO CASAS, Laura y ULLOA JIMENEZ Marcela. “Tráfico e inmigración femenina desde la voz de las mujeres inmigrantes”. In: JÁUDENES, Elena Bonelli y JIMÉNEZ, Marcela Ulloa (Coord.). *Tráfico y inmigración de mujeres en España, colombianas y ecuatorianas en los servicios domésticos y sexuales*. Madrid, ACSUR, Las Segovias. Disponível em: <<http://www.acsur.org>>. Acesso em: jan. 2007

PISCITELLI, Adriana. “Sexo Tropical em contextos do Primeiro Mundo?: gênero e migração no contexto da transnacionalização do mercado sexual”, *Revista Estudos Feministas*. (no prelo).

_____. “Comentário à entrevista Tráfico Sexual”. *Cadernos PAGU*, v. 21, Olhares alternativos, 2003.